

TENTATIVA DE UM MODELO DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL PARA UMA LOCALIDADE DO CEARÁ

Luiz de Gonzaga Mendes Chaves

I. Orientação Teórica

a) Para que não desponte logo de saída u'a má interpretação do tema, gostaria de realçar os dois sentidos que o termo "estratificação" comporta atualmente na literatura sociológica, delimitando assim o conceito implícito nesse título. Rodolfo Stavenhagen, no seu artigo "Las Relaciones entre la Estratificación Social y la Dinamica de Clases" (Leeds, ed., 1967, pág. 126), usa a palavra em sentido restrito, específico, e o opõe ao de estrutura de classes, identificando-o com o conceito de "sistema de grupos de *status*". Ele próprio se refere à palavra nesse caso como sendo *stricto sensu* (ibidem, pág. 133). No tema em foco, porém, a acepção do termo não desce a essa especificidade, e quer traduzir apenas qualquer sistema de diferenciações sociais características de uma estrutura social, indiferentemente de sua natureza. Trata-se, por conseguinte, de um conceito genérico, que serve de *genus proximum* a qualquer espécie histórica de sistema social diferenciador, como estrutura de classes, de estamentos, de castas, de grupos de *status*. Creio que é nesse sentido amplo que a palavra é hoje usada na maior parte da literatura sociológica. Theodor Geiger, após definir estratificação como "clas-

sificação da sociedade segundo posições sociais típicas de seus membros, sem uma determinação mais minuciosa dessas posições ou dos critérios, aos quais elas estão vinculadas em cada caso histórico”, lembra que “também na literatura anglo-saxônica que antes utilizava a expressão ‘social classes’ ora no sentido específico ora no sentido mais amplo, já se consagrou entrementes o conceito ‘social stratum’ (e correspondentes — stratification, stratified society), sinônimos do conceito amplo de ‘Schicht’ (estrato, camada) em alemão”. (Geiger, 1962, pág. 187. — Ver também sobre o assunto René Koenig, Soziologie, Fischer Lexikon, verbête “Schichtung” — estratificação, pág. 244).

b) No estudo de sistemas de estratificação social existem hoje dois rumos metodológicos principais a nos permitirem abordar a realidade: por um lado, podemos colocar o acento tônico de nossa investigação sobre as relações entre grupos institucionais, focalizando nossa atenção por conseguinte sobre os traços mais panorâmicos da sociedade (conflitos, antagonismos, processos de adaptação ou assimilação desses grupos); por outro, tentamos descer em profundidade e atingir um nível de relações mais microscópicas, perquirindo as posições sociais dos indivíduos em sua inter-relação e em relação com o todo.

No último caso, discernimos grupos constituídos de pessoas ocupando certos *status*, e que se julgam iguais entre si, avaliando-se, porém, numa relação de superioridade ou de inferioridade em relação a outras camadas. Esses grupos ou camadas são identificáveis através de uma série de critérios inseridos no plano microsociológico, tais como: o nível de renda, a ocupação, o comportamento das pessoas entre si (quem tem relações sociais com quem? quem casa com quem? os filhos de quem brincam com quem? etc.), as atividades habituais, os estilos de vida (vestuário, esporte, modo de passar as férias, bairro em que reside, tipo de habitação), idéias de educação, hábitos de linguagem etc. etc.

No primeiro caso nos interessam preponderantemente as relações sociais que se estabelecem entre grupos econômicos da sociedade, sendo a diferença entre esses grupos (e portanto

seu aparecimento e seu destino) produzida antes de tudo através de sua vinculação com a realidade econômica, e seu inter-relacionamento marcado por processos de conflito e lutas sociais. Marx é o criador e o inspirador dessa orientação. (Convém, contudo, lembrar aqui a abordagem funcionalista que também leva em consideração as relações grupais, em primeiro plano, enfocando entretanto com prevalência os processos de integração da sociedade). Em síntese, e abstraindo de todo as minúcias de sua sofisticada elaboração, Marx diz o seguinte: a) a economia de uma sociedade é determinada pelas forças de produção que existem e que são por ela utilizadas; b) a exploração dessas forças de produção gera determinadas relações de propriedade referentes aos meios de produção. Essas relações se denominam “relações de produção”; c) as relações de produção engendram e separam as classes entre si, constituindo-se portanto cada classe de um conjunto de pessoas que se situam do mesmo lado da relação de produção (proprietários — não-proprietários; burguês — proletário). Trata-se de uma estrutura dicotômica, impregnada de um princípio constante e perene de antagonismos ou conflitos entre êsses fenômenos chamados “classes”.

c) Para o estudo de Almofala elegi essa última diretriz (i.é, a do primeiro caso). Tal escolha, longe de ter sido determinada por qualquer razão ideológica apriorística, se deu antes de tudo pelo que se pode designar talvez de relevância sociológica do estudo, em função da melhor compreensão de traços estruturais importantes e sobressalentes no grupo. Explicitando um pouco mais: qualquer uma das orientações poderia ser aplicada, e levaria a resultados talvez positivos. Entretanto, pela constelação especial, peculiar, dos dados no contexto da vida de Almofala, conclui-se que para se identificar a feição estrutural mais importante desse grupo, e a mais marcante quicá com referência ao destino de seus membros e às suas ações, é precisamente êsse tipo de análise o mais relevante. Nesse sentido, agi de acôrdo com a observação de Renate Maintz: “The criterion of what is important arises out of the principal purpose of sociological inquiry: to provide insight into the constitution and the functioning of so-

ciety. Thus, if the nominal and/or operational definition of class refers to facts that are not relevant to the functioning and development of a society or to the life of the individuals within it, even the most technically refined study based on this concept will lack saliency" (Leeds, 1967, pág. 8).

Se, contudo, me dispusesse a elaborar um plano de pesquisa também para a capital do Estado, Fortaleza (área metropolitana), certamente a tônica de meu modelo recairia no outro tipo de abordagem, já que estou convicto de que, embora a aplicação de qualquer uma fôsse possível, a abordagem mais apta a captar a configuração estrutural mais marcante seria justamente a oposta. Já num plano de pesquisa para uma sociedade global brasileira (nível estadual, nacional) retornaria quase indubitavelmente ao primeiro enfoque.

Essa decisão se vincula intrinsecamente a um postulado sociológico: a sociedade não é um fenômeno reificado, mas um processo contínuo a condicionar mudanças constantes. Como tal, não pode ser estudada num dos seus aspectos sempre através da mesma técnica (e com tôdas as suas nuances e minúcias) superposta ao tempo e ao espaço, e sim através de abordagens que se adaptem continuamente ao seu contexto histórico.

Sem dúvida foi induzido pôr essa verdade elementar que Max Weber (entre outros) tentou transcender a análise marxista de classes sociais, aduzindo-lhe novos elementos analíticos que pareciam indispensáveis, face ao dinamismo da sociedade.

Marx, ao elaborar o seu esquema metodológico para a análise de estruturas de classes, agiu antes de tudo como homem de seu tempo e de seu mundo, com os olhos cravados numa sociedade, cujos traços preponderantes, mais decisivos, mais gritantes, eram exatamente aquêles por êle indigitados. Sua intenção primeira foi incontestavelmente a apreensão dêsse cunho estrutural da sociedade européia do século XIX, sociedade dominada de tal modo pelo tema da propriedade que a posse da propriedade industrial — como observa Alain Touraine — se tornou nas sociedades de acumulação capitalista da época uma fonte importante e mesmo dominante do poder social, de sorte que se pôde considerar a oposição dos

proprietários e não-proprietários como a linha de clivagem da sociedade (George Balandier, 1968, pág. 117). Oposição que gerou por seu turno uma rede de outras características sociais básicas, como algumas indicadas pelo autor citado: a existência de “ambientes sociais” social e culturalmente muito distantes uns dos outros; a classe operária européia ficou privada por longo tempo de direitos políticos e direitos sociais; suas organizações sindicais não puderam se formar, a não ser mui lentamente, ao preço do sacrifício de militantes numerosos e sob as formas mais brutais de repressão; a ausência de um controle político da industrialização provocou a superposição sublinhada por Dahrendorf, do conflito industrial e do conflito político, etc. etc.

Ora, é evidente que após transformações sociais profundas, em relação àquele quadro do século anterior, experimentadas pelas sociedades atuais (as “desenvolvidas”), não se pode aplicar aquêlo modelo marxista acabado para as mesmas, sem o risco de se passar por cima de elementos relevantes significantíssimos para a sua compreensão. Mesmo pensando em termos de países em desenvolvimento, perdura talvez a ineficácia, pois se êsses são tão diferentes dos países mais desenvolvidos, muito mais diversos parecem ser daquelas sociedades européias do século anterior, mesmo quando se quer forçar a semelhança. Quando muito, pode-se aplicar aqui como proveito o princípio marxista da dicotomia antagônica fundamental de classes, sem contudo levar às últimas consequências o modelo marxista. Na realidade o que parece que necessitamos com urgência nos conturbados países subdesenvolvidos, para estudos dessa natureza, é que nasça um novo Marx ou um novo Weber que enriqueçam seus modelos originais, adaptando-os a uma realidade transformada.

Creio que essa opinião se harmoniza lididamente com a linha de pensamento esposada pela própria filosofia marxista, nem sendo necessário invocar a autoridade de pensadores dessa corrente para comprová-lo. Cito contudo o testemunho oportuno de Roger Garaudy. No seu livro *Marxismo do Século XX*, no capítulo “Do Dogmatismo ao Pensamento do Século XX”, critica a atitude de alguns pseudomarxistas que agindo dogmáticamente antes mutilam a filosofia mar-

xista do que a engrandecem. “O materialismo dialético tem consciência de que o real é inesgotável, irreduzível ao conhecimento que temos dele e tem consciência de que toda concepção científica é sempre uma construção provisória que aguarda construções mais vivas, mais eficazes, mais verdadeiras” (pág. 35) E mais adiante: “...o mesmo erro pode ser cometido com o materialismo histórico: se se considera verdade absoluta e acabada o esquema das cinco fases do desenvolvimento histórico, que se estabeleceu a partir da experiência do desenvolvimento das sociedades ocidentais, e se se quer a qualquer preço enquadrar dentro desses esquemas o desenvolvimento, por exemplo, de sociedades africanas ou asiáticas, chega-se então a se afastar dos métodos científicos para voltar a uma filosofia especulativa e dogmática da história” (pág. 40). Refere-se, outrossim, ao problema dos fatores econômicos e suas relações com os outros fatores culturais. Se os primeiros constituíram originariamente uma variável independente, não quer isso dizer que com o avanço da sociedade, os outros fatores culturais nunca cheguem a ter também esse papel, retroagindo sobre os fatores econômicos. Trata-se portanto de um sistema de variáveis interconectadas a se realimentarem continuamente. “A economia é um aspecto, primordial, das relações, dos homens com a natureza. Na totalidade orgânica dessas relações, a partir das quais são engendradas a técnica, a ciência, a filosofia, a religião, e as artes, a economia desempenha um papel decisivo, sem jamais constituir, entretanto, o motor único a partir do qual todo o resto seria epifenômeno”. “O materialismo histórico de Marx não é, pois, nem um método de dedução nem um método de redução: não se pode deduzir a superestrutura a partir das bases e não se pode reduzir as superestruturas às bases” (pág. 50). (Dentro dessa linha de raciocínio creio que deixar de utilizar técnicas metodológicas numa pesquisa, as quais entremostrem resultados promissores — como *e.g.* a abordagem weberiana para muitos casos — só pelo receio de parecerem “reacionárias”, e portanto deixar-se induzir por um “medo” ideológico apriorístico, não é legítimo cientificamente).

Foi imbuído desse espírito que procedi à minha escolha.

II. Os dados reais e sua inserção no modelo projetado.(1)

a) O contexto empírico

Ao longo da costa do Ceará, desde os limites do Rio Grande do Norte até a fronteira com o Piauí, se plantam pequenas comunidades que vivem exclusivamente de pesca, ou de pesca e agricultura com a preponderância da primeira. Almofala, nosso objeto de pesquisa, é um desses lugarejos e se localiza a cerca de trezentos quilômetros ao norte da Capital do Estado. Administrativamente pertence, na qualidade de vila, ao município de Acaraú, de cujo distrito-sede está afastada quarenta e dois quilômetros para o leste. Sua ligação com o mundo exterior se dá através de uma precária estrada carroçável para Acaraú e outra para o lugar Nascente, onde a mesma desemboca na estrada estadual de piçarra que leva a Itapipoca e a Fortaleza. Na época chuvosa essas estradas carroçáveis ficam quase intransitáveis, gastando-se de lá para Acaraú (42 quilômetros) cerca de duas horas de jipe, e de Almofala para Fortaleza (300 quilômetros) por volta de 14 horas de viagem de caminhão. O ônibus que faz a linha Fortaleza-Acaraú vai uma vez por semana até Almofala. A comunidade está inserida numa área geográfica de cerca de 63 km², a partir do mar, a qual também se denomina Almofala. Trata-se de terra concedida originalmente aos índios Tremembés, habitantes daquele local, por alvará do rei português, datado dos fins do século XVII ou início do século XVIII, por solicitação de sacerdotes jesuítas, a fim de poderem aldear os índios. Essa área ainda hoje é chamada de vez em quando de "aldeamento". Temos assim a "grande Almofala" correspondente a esse aldeamento, com vários núcleos de casas dispersos dentro dele. Esses núcleos são: 1) a "pequena Almofala" composta de três pequenas ruas — as quais convencionalmente denomino ruas do Centro, do Norte e do

(1) Convém advertir que o presente trabalho, dada a sua característica de artigo, e portanto, limitado quanto ao número de páginas, não passa na realidade de um esboço de um trabalho mais amplo, monográfico, sobre o tema. Daí parecer o mesmo — e de fato o é — muito esquemático.

Sul — distendidas de leste a oeste, a meio quilômetro do mar, mais várias casas dispersas na praia; 2) alguns lugarejos com nomes próprios como Panã, Barro Vermelho, Lameirão, Torrões, Brejo, todos em volta da pequena Almofala que é a vila central. Com a dispersão da população indígena, as terras do aldeamento passaram a ser propriedade da União, não podendo assim ser alienadas aos seus habitantes. Todavia, êsses detêm-lhes a posse e podem transferi-las à vontade por transações operadas em cartório. Na prática, por conseguinte, é como se fôsem seus proprietários.

A pequena Almofala tem aproximadamente 1 400 hab., enquanto a grande conta com cêrca de 2 300 hab. Jurisdicionalmente pertence à Comarca de Acaraú, correndo no fôro daquela cidade quaisquer processos que envolvem seus habitantes. Não tem subprefeito nem representante oficial do Prefeito de Acaraú; há, porém, um representante do mencionado edil em caráter informal, mais em função do interêsse político do que das incumbências do cargo. Não dispõe de instrumentos de contrôle social formal; êsses estão localizados em Itarema, a 12 quilômetros de Almofala, com um delegado e um destacamento policial composto de um sargento e três soldados. No setor religioso está subordinada à paróquia de Itarema, cujo vigário é também o Cura de lá (embora de fato raramente se desincumba dessa tarefa).

Existem duas atividades econômicas fundamentais: a pesca e a agricultura (agricultura aqui tem o sentido generalíssimo de qualquer atividade relacionada com qualquer tipo de plantio para a obtenção de produtos para a subsistência ou para a comercialização de excedentes dêsses produtos).

A menos importante de ambas para o lugar é a agricultura que abrange apenas o plantio, para o consumo local, de mandioca, feijão, milho, batata doce, alguma cana, jerimum, melancia etc. Sua importância cresce, contudo, quando adicionamos à mesma a plantação de coqueiros que consistem numa das maiores fontes locais de dinheiro, com a exportação de côcos para Fortaleza.

A pesca traduz, entretanto, por assim dizer, a razão de ser da comunidade, estando a maior parte da população nela engajada. A técnica principal é a de curral que consiste numa

grande armadilha para o aprisionamento do peixe, construída dentro do mar com arame, varas e cipós. Últimamente tem florescido a "pesca de linha" no alto mar, a qual todavia não supera ainda a pesca do curral. A maior parte da produção do peixe é exportada para Fortaleza; do resto, parte se escoo para os lugares vizinhos, parte serve de alimentação aos habitantes.

b) O modelo projetado

Delineada essa descrição empírica, incumbe-nos agora tentar isolar os grupos caracterizados por sua posição nesse sistema de produção social (pesca e produtos agrícolas); por seu relacionamento com os meios de produção; por seu papel na organização social e pelo modo de sua participação no excedente social. Emergem incontinenti dois grupos básicos (que comportam, cada qual, um ou mais subgrupos). Temos por conseguinte dois lados (classes) totalmente nítidos um frente ao outro, relacionados entre si através das relações de produção: a) os donos de currais de pesca, ou de outros instrumentos de pesca, como canoas e respectivos implementos para a pesca de anzol em alto mar; os donos de coqueirais ou de terras sem coqueiros. Esse lado é representado no diagrama anexo pelos dois quadriláteros de côr verde A e A1; b) os pescadores que não dispõem dos meios de pesca, como os currais, as canoas etc.; os operários não pescadores que prestam serviços relacionados com pesca — consertos, fabricação de canoas, tratamento do peixe etc. —, bem como os trabalhadores rurais, que, não tendo terra, precisam plantar de parceria, fornecendo uma parte (no caso, a metade) da safra aos arrendadores pertencentes à outra classe. Fazem parte, outrossim, dessa classe, humildes trabalhadores ocasionais que na safra de côcos os coletam para os proprietários, a fim de os mesmos exportarem-nos para Fortaleza. Essa classe é representada no diagrama pelos dois quadriláteros B e B1 de côr vermelha.

Vejamos em rápidos debuxos o sistema de relações entre essas duas classes. Consideremos inicialmente A1 — B1.

Como disse acima, apesar de não terem a propriedade da terra, os donos detêm-lhe a posse pelo simples apossamento, por compra ou por herança. Até o início dêste século quase tôdas as terras de Almofala não tinham praticamente posseiros individuais; eram exploradas sem noção de propriedade privada por índios ou decedentes diretos de índios; aos poucos começaram a imigrar pessoas de fora, de outras partes do município de Acaraú ou de outras praias, e ao chegarem se apossavam de largos trechos de terras, cercando-as e declarando-as suas. Foram justamente os nativos os que não tiveram a iniciativa de fazer o mesmo, e perderam praticamente quase tôdas as suas terras. Pertencem êles hoje em sua quase totalidade à classe "proletária". Um número reduzido de posseiros domina a maior quantidade de terras atualmente. Como não podem explorá-las sòzinhos, ou não têm interêsse, arrendam grande parte às pessoas da classe desprivilegiada, pela metade da safra. Cabe aos arrendatários formar um "roçado", constituído por um ou mais quadrados de cem metros, providenciar a derruba e queima do mato, fazer a plantação, as "limpas", e proceder à colheita, dando então ao patrão a metade da safra. O patrão às vêzes fornece as sementes, às vêzes não. Para ilustrar com um caso concreto, estas palavras de uma entrevista: "Êsses terrenos pertencem ao S.C., a casa também. Êle me dá pra plantar e eu planto de meia. Mas a terra num é boa não, é fraca, senão dava melhor. Eu plantei cinco litros de feijão, duas cargas de maniva (uns setenta e cinco quilos) e três litros de milho. Da maniva, o apurado dá um alqueire de farinha, e a metade é pro meu gasto, a outra do S.C.. O feijão e o milho também." — Mas o grande interêsse dos maiores donos de terra se canaliza para a plantação de côcos, reservando apenas alguns trechos para arrendamentos daquele tipo. Pois os côcos é que constituem para êles a imensa promessa da terra. Transportam diretamente para Fortaleza as cargas de côcos ou os vendem mais cômodamente aos "atravessadores", os quais se encarregam do transporte. O cento de côco variava em 1967 entre Cr\$ 14,00 e Cr\$ 25,00, dependendo da época. O maior propriedade de coqueirais possui cêrca de oito mil pés de côco. De noventa em noventa dias podem ser coletados côcos, de modo que há entre três e

quatro safras por ano. Cada coqueiro produz uma média de seis côcos em cada "derriba". Daí, pode-se calcular quanto dinheiro êsses coqueirais fornecem aos seus donos. Para a plantação e os cuidados exigidos pelos coqueiros os donos mantêm "moradores" constantes, aos quais fornecem uma choupana para morar com sua família, concedendo-lhe os meios indispensáveis à sobrevivência. De quando em quando são convocados operários extras para algum trabalho ocasional, como derriba de côcos, sua "descasca", adubação etc. São remunerados com um salário ínfimo.

Dirijamos agora um rápido relance d'olhos sôbre as relações entre A e B.

Na pesca de linha (pesca de anzol em alto mar) que começou a desenvolver-se há relativamente pouco tempo mas tem gozado um incremento considerável, os armadores de pesca (os donos de canoas e todos os seus "arreios" ou implementos) precisam do trabalho de quatro ou cinco homens por canoa. Alguns armadores possuem até cinco canoas ou botes para a pesca. Êsses pescadores vendem o seu trabalho por uma quantidade ínfima da produção por êles alcançada, fornecendo portanto ao empresário quase todo o resultado de seu árduo trabalho. Às vêzes algum dono de canoa que no momento não está interessado em explorar êle mesmo a pesca, arrenda a sua canoa a algum pescador (da classe "proletária"), o qual passa a funcionar como empresário em relação aos pescadores que contrata. Nesse caso paga ao arrendador a metade de cada produção; da metade restante, tira a metade para si, cabendo a outra metade (um quarto do todo inicial) aos restantes três ou quatro pescadores.

A pesca de curral é a mais tradicional e a que mais provoca entusiasmo na população. Há tôda uma participação (pelo menos espiritual) nas preocupações e interêsses da pesca de curral. Pois enquanto a primeira beneficia número relativamente pequeno de pessoas, a pesca de curral dá oportunidades a um número mais vasto de habitantes. Para se construir um curral, cujo tamanho dentro do mar atinge de oitenta a cem metros, precisa-se de dois meses de trabalho fora do mar, e seus custos montam a 3 mil cruzeiros (1967). O levantador de curral contrata homens primeiro para os trabalhos fora

do mar, pagando-lhes Cr\$ 0,50 por dia. Esses homens providenciam a arrancada de 700 mourões em matas às vêzes até dez léguas distantes de Almofala, grande quantidade de varas menores e cipós, e além disso a tecedura de mil e duzentos quilos de arame (comprado em Fortaleza). Após êsse trabalho preparatório inicia a obra verdadeiramente épica da construção dentro do mar, para a qual há necessidade de resistentes mergulhadores. Finda a construção, o dono do curral passa a precisar do trabalho permanente de cinco homens para a "despesca" diária; são quatro "vaqueiros" e um "canoeiro". Entre o dono e êsses cinco trabalhadores dá-se uma relação de parceria. Após cada despesca, o dono fica com três quartos do produto, e o quarto restante é dividido entre os cinco "proletários" do mar. Cotidianamente. A produção do peixe, tanto a de linha, como essa do curral, é na sua quase totalidade escoada para Fortaleza. Os donos ou arrendatários de curral ou de canoas se comprometem com o maior "burguês" do lugar, que possui dois caminhões, a venderem tôda a produção apenas para êle. Em compensação, providencia todo o gêlo necessário e garante sempre a compra, mesmo que por acaso haja ameaça de prejuízo. Entretanto alguns donos de curral não vacilam em romper êsse compromisso freqüentemente, vendendo o peixe a corretores (o mesmo dificilmente acontece com a pesca de linha) ou a habitantes da vila para o consumo local.

Aí está de modo resumidíssimo a descrição das relações de produção em Almofala. Dela ressumbra, como já disse, duas classes bem salientes: a dos proprietários e a dos não-proprietários. A dos "ricos" e a dos "pobres". Essa dicotomia impregna tôda a vida das pessoas. É verdade que não se formou, e longe está de se formar, uma consciência de classe. Nesse sentido, os pobres constituem apenas uma "Klasse an sich" (classe em si), para usar a terminologia marxista, não se podendo de modo nenhum cogitar de uma "Klasse für sich" (classe para si). Quase nenhuma solidariedade existe entre êles, sendo uma classe totalmente dividida dentro de si. Já entre os "ricos" se delineiam de quando em quando alguns traços de solidariedade recíproca. Mas apesar disso, existe bem nítida em cada indivíduo a consciência da sepa-

ração das classes, influenciando os momentos mais significativos do comportamento das pessoas. Emerge mais ou menos com nitidez certo antagonismo de interesses. E especialmente no nível individual da classe "proletária" é que se nota quanto ressentimento de quando em quando aflora contra os "ricos", ressentimento que deve ser intensíssimo no plano subconsciente. Entretanto, no todo há uma resignação revoltante por parte dos "pobres", resignação que constitui verdadeiramente o seu "ópio". Alguns exemplos concretos extraídos a entrevistas tornam talvez mais pitoresco êsse quadro: "... sorte boa é a pessoa ser rica tendo tudo; inté um hõmi se fizer mal a uma môça num tem justiça pra êle por causa do dinhêro. Um pobre num tem direito a nada, por isso qui acontece tudo qui num presta cum êle. Mas Deus foi justo em fazer uns pobre e outros rico, se fõsse tudo rico num tinha quem quisesse trabaiar pros outro. Existe os pobre é pra trabaiar pros rico enricar cada vez mais". — Outro trabalhador: "Casei só no católico, qui êste é o qui vale pra Deus, civil só é pra gente rica, só vale aqui na terra". E outro, comentando o resultado de uma briga entre S (proletário) e J (parente de um rico): "...viram o qui fizeram com o S., coitado! O cumpadre P quer ser o hõmi do lugar mas faiz uma coisa dessas. Ninguém diz nada porque são rico e o jeito é a gente ficar tudo calado. Ninguém pode contra os rico, qualquer coisa é só dar dinhêro à puliça, e pronto..." E o homem mais rico do lugar sôbre o mesmo tema: "é bom qui o S pegue o castigo que merece pra num fazer mais isto qui fêiz. Todo mунdo tem qui ser domesticado. Que que adianta criar uns filhos como o J. criou? Fazia tudo qui os filhos queria, êles faziam as maiores confusões, mereciam cadeia, e êle nunca deixou um filho entrar na grade, dava dinheiro à polícia e ficava por isto mesmo. Hoje os filhos que tem num valem nada, vivem bêbos, num prestam." E o protesto de uma velha que se considera de "boa" família, por seu nome ter entrado no testamento do Judas junto com o nome de duas mulheres pobres: "...quem botou meu nome no testamento é muito sem-vergonha, num presta, é um cachorro. Devia botar o nome da mulher e das filhas e não o meu! Agora, porque é qui vão me comparar com a T.D. e a J.O.?! Nunca fui da

marca delas, e foi êsses os nomes qui eu vi lá! . . . nunca perdi meu respeito. É muita falta de vergonha vir botar nome de mulher em testamento! Botem ao menos aquelas qui num prestam!” — E mesmo em ocasiões de brincadeira e lazer desponta o reflexo da dicotomia: “O amor nasce da vista/ O benquerer do coração/ Tudo com a chuva renova/ Só a mocidade não/ Choveu na terra do *rico*/ E na do *pobre* fêz verão!”. Ou em momentos mais sérios de reflexão como no cemitério no dia de finados: “bicho pra gente num se acostumar é a morte, num é não, cumpadre? — é sim, mas a morte é coisa boa, boa praquê é igual pra todos, num respeita ninguém, nem milionário nem rico nem pobre, nem frouxo nem valente. É bom é assim, pra ela num tem bondade nem riqueza!”

Com o mundo externo Almofala se vincula principalmente através da classe privilegiada. Essa exporta a produção do peixe e de côcos para a Capital, trazendo de volta o dinheiro ganho, que é reinvestido nos cercados de coqueiros e na pesca. Para seus empreendimentos obtêm também financiamento de um alto comerciante de Fortaleza que costuma ceder implementos de pesca, nomeadamente arame para os currais, para receber o pagamento após a “safra” de peixes. Últimamente a agência do Banco do Brasil na cidade de Itapipoca (cidade a meio caminho de Fortaleza) tem concedido pequenos financiamentos agrícolas e comerciais. No ano de 1967, a Sudepe financiou o arame para os currais, em virtude — segundo informações de donos de currais — da interferência de um funcionário da mesma que estava interessado na votação de Almofala para o candidato a prefeito de Acaraú, que era seu irmão. Em 1968 e 1969, após a vitória do irmão, coincidiu a suspensão do financiamento. As vinculações políticas se dão de igual modo através de representantes da classe privilegiada, especialmente através de deputados estaduais ou seus parentes em Acaraú, Itapipoca ou Fortaleza. Essa ligação com os políticos garante um certo contrôle por parte da classe sôbre os instrumentos de contrôle social formal, a saber, a polícia, os órgãos da justiça, intensificando o prestígio da mesma dentro da comunidade, dando-lhe assim mais fôrça e mais poder em relação à outra.

Essa estrutura gera uma série de estilos de vida, de atitudes típicas de cada classe, como por exemplo: os “ricos” fazem viagens freqüentes para outras localidades do Estado, especialmente Fortaleza — os “pobres” quase nenhuma viagem empreendem por ano para fora do município ou mesmo da vila; os ricos moram em casa de tijolo e telha, geralmente na rua Central ou no seu sítio — os pobres têm casa de taipa ou de palha, nas ruas do Norte e do Sul, ou longe da vila; os ricos, apesar de não terem uma dieta ideal, sempre podem se alimentar quando têm fome — os pobres vivem num estado permanente de fome (quase nunca tomam café pela manhã, nem mesmo café puro; e quando fazem, geralmente é sem doce; tomam uma única refeição por dia constituída de peixe e farinha). Finalmente a vida dos pobres é tão precária que nos evoca certos quadros de Graciliano Ramos descrevendo o operariado dos latifúndios, operariado fatalista em relação à própria miséria, aceitando-a como destino inexorável, e sem esboçar os mínimos sinais de revolta ou de tentativa de arrancada dessa situação. Como lembra H. Feldmann (1967), Graciliano chega a aceitar uma diversidade essencial entre essa classe e os proprietários de terra (*vide Memórias do Cárcere*, pág. 228). fazendo Paulo Honório defini-la em *S. Bernardo* como classe composta de “animais” ou de “bois mansos” (pág. 213).

Em Almofala a única reação ativa de um apreciável número tem sido ultimamente “arribar” da vila, dizer-lhe adeus e se transferir definitivamente para Fortaleza, a fim de lá engrossar a fileira dos favelados.

A vida dos “proletários” de Almofala — cuja significação etimológica é, segundo os entendidos, “arraial onde se vive provisoriamente” — há sido e continua a ser um “provisório”; suas esperanças têm sido deslocadas sempre para o amanhã ou para o outro mundo, e até que êles, transmutando-se de uma “Klasse an sich” em uma “Klasse für sich”, cheguem a atingir sua “situação definitiva”, haver-se-á que esperar ainda muito, muito tempo.

BIBLIOGRAFIA

1. BALANDIER, Georges, ROGER Bastide, JACQUES Berques, PIERRE George (coordenadores da publicação): *Perspectives de la Sociologie Contemporaine*, Presses Univers. de France, Paris, 1968.
2. BOCHENSKI, I.M. — *Der Sowiet-Russische Dialektische Materialismus (DIAMAT)*, A. Franck Verlag, Bern, 1950.
3. CALVEZ, Jean-Ives — *O Pensamento de Karl Marx*, Livraria Tavares Martins, Pôrto, 1962.
4. DAHRENDORF, Ralf — *Soziale Klassen und Klassenkonflikt in der industriellen Gesellschaft*, Ferdinand Enke Verlag, Stuttgart, 1957.
5. FELDMANN, Helmut — *Graciliano Ramos*, Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza, 1967.
6. GARAUDY, Roger — *Marxismo do Século XX*, Paz e Terra, 1967.
7. GEIGER, Theodor — *Arbeiten zur Soziologie*, Luchterhand Verlag, 1962.
8. KOENIG, René — *Soziologie, das Fischer-Lexikon*, Fischer Bucherei, 1960. — *Grundformen der Gesellschaft: die Gemeinde*, Rowolt Hamburg, 1958.
9. LEEDS, Anthony (ed) — *Social Structure, stratification and mobility*, Pan-American Union, 1967.
10. LENSKY Gerhard E. — *Power and Privilege, A Theory of Social Stratification*, MC Graw-Hill Book Company, N. York, 1966.
11. MOORE, Davis and... — *Some Principles of Stratification*, in *American Soc. Review*, X, n.º 2, April, 1945, pág. 242-249.
12. MARX, Karl — *Ausgewalth Schriften* (herausgegeben und eingeleitet von Boris Goldenberg), Kindler Verlag, 1962.
13. REISSMAN, Leonard — *Class in American Society*, The Free Press of Glencoe, 111. 1959.
14. RAMOS, Graciliano — *Memórias do Cárcere*, 4ª ed., S. Paulo, 1960; *S. Bernardo*, 7a. ed., S. Paulo, 1961.
15. WEBER, Max — *Ensaio de Sociologia*, Zahar ed., Rio.
16. Notas de campo.